

Municípios Extrativistas da Gipsita no Sertão do Araripe Pernambucano e as Políticas de Desenvolvimento Local Sustentável

JACKELINE AMANTINO DE ANDRADE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Introdução

Baseado na relação entre as noções de desenvolvimento humano e sustentável são demarcados os três princípios que caracterizam o desenvolvimento sustentável e atual agenda global de sustentabilidade a fim de situar o foco de investigação que orienta o artigo sobre as políticas de desenvolvimento local sustentável nos municípios da região do Araripe pernambucano. Trata-se de uma região que, em mais de duas décadas, tem sido contemplada com políticas de fortalecimento ao desenvolvimento local sustentável, porém, apesar do apoio se manteve muito distante dos princípios de sustentabilidade.

Problema de Pesquisa e Objetivo

O problema de pesquisa se orientou pelo seguinte questionamento, como foram construídas e materializadas as políticas de desenvolvimento local na região do Araripe pernambucano e quais foram as suas implicações para a criar ações fundamentadas nos princípios do desenvolvimento sustentável nos seus municípios. Sendo seu objetivo analisar em que medida as políticas de desenvolvimento territorial implementadas na região do Araripe pernambucano favoreceram ou limitaram a inserção dos princípios do desenvolvimento sustentável nos seus municípios.

Fundamentação Teórica

A fundamentação teórico conceitual trata das abordagens territoriais que, a partir de os anos 1990, ganham destaque para tratar do desenvolvimento regional e do desenvolvimento sustentável local expressos, destacando sua endogenia. Destacando, no caso brasileiro, os arranjos produtivos locais (APLs) como instrumentos de políticas públicas e a importância de avaliar suas capacidades, além da eficácia econômica, considerando as dimensões ambiental e social, ampliando a capacidade institucional dos municípios em empreender o desenvolvimento sustentável.

Metodologia

Neste item é delimitado o caráter exploratório da investigação e demarcado o estudo como uma pesquisa de base qualitativa. Os dados empíricos foram levantados por meio de pesquisa bibliográfica e analisados com base na análise temática de conteúdo.

Análise dos Resultados

Na análise se descreve a implementação das políticas para o desenvolvimento sustentável na região do Araripe pernambucano desde 1999. Destacam-se as ações de fomento ao Polo Gesseiro, evidenciando o quanto essas políticas se distanciaram da sustentabilidade em possibilitar o crescimento econômico baseado em práticas socioambientais adequadas. Por outro lado, identificou-se o PDL Gesso 2030 baseado em parceria do Pacto Global da ONU, lançado em 2021, a fim de fomentar o ODS 8 e criar capacidade institucional territorialmente situada para o desenvolvimento local sustentável nos municípios.

Conclusão

A busca por desenvolvimento local sustentável na região do Araripe pernambucano revela que integrar objetivos econômicos aos ambientais e sociais não é uma tarefa fácil, sendo que a capacidade institucional dos municípios é fundamental para a dinamização de estratégias do desenvolvimento sustentável em sua territorialização. Espera-se que com as novas articulações das políticas de desenvolvimento local sustentável a propostas pelo PDL Gesso 2030 possam abrir um caminho mais auspicioso para a sustentabilidade naquela região do Semiárido brasileiro.

Referências Bibliográficas

Abramovay, R. (2010). Desenvolvimento sustentável: qual estratégia para o Brasil? *Novos Estudos*, 87, 97-113. Galvanese, C., Favareto, A. (2019). A heterogeneidade substantiva dos territórios no capitalismo contemporâneo – notas críticas sobre os desafios postos às práticas e às teorias do planejamento. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 15 (6), 3-16. Veiga, J.E. (2010). *Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor*. São Paulo: Senac.

Palavras Chave

Desenvolvimento Local Sustentável, Municípios Brasileiros, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

MUNICÍPIOS EXTRATIVISTAS DA GIPSITA NO SERTÃO DO ARARIPE PERNAMBUCANO E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Introdução

Amartya Sen (2000) ao propor o desenvolvimento como liberdade salientou a importância do bem-estar social a partir de acesso e expansão de capacidades fundamentais na vida das pessoas e dos grupos que lhes garantam existência significativa, auxiliando a forjar a ideia de desenvolvimento humano ainda no século passado. Para ele, o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais de modo a se constituírem no seu principal fim, ou seja, as pessoas têm que ser a finalidade última do desenvolvimento. (Sen, 1993). Nesse sentido, Sachs (2004, p.26) destaca a necessidade de se “esforçar por desenhar uma estratégia de desenvolvimento que seja *ambientalmente sustentável, economicamente sustentada e socialmente incluyente*”, principalmente considerando que:

O Brasil foi o campeão do crescimento durante quatro décadas, mas, saiu desta experiência como um país profundamente injusto e, portanto, subdesenvolvido. Tamanha injustiça é incompatível com o conceito de desenvolvimento humano, que supõe a extensão de todos os direitos – inclusive os econômicos, sociais e culturais – ao conjunto dos cidadãos. Dito de outra maneira, o desenvolvimento implica a cidadania universal efetiva [...] (Sachs, 2001, p. 75).

Por outro lado, Veiga e Zatz (2008, p. 35) destacam que o “desenvolvimento sustentável” se tornou termo da moda “como se pudesse ser a salvação para todos os males” sendo necessário “entender o seu significado, para que não pareça ou resulte em uma expressão vazia.” A ideia de desenvolvimento sustentável emergiu, em 1987, com o Relatório Brundtland, e se espalhou a partir de sua consagração na Cúpula Rio 1992, manifestando “a ambição de que o crescimento econômico – por enquanto o principal motor do desenvolvimento – possa respeitar os limites da natureza, em vez de destruir seus ecossistemas.” (Veiga, & Zatz, 2008, p. 39).

Por sua vez, Abramovay (2010, p. 97) propõe aproximar o desenvolvimento sustentável (DS) do desenvolvimento humano definindo o primeiro como “o processo de ampliação permanente das liberdades substantivas dos indivíduos em condições que estimulam a manutenção e regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas às sociedades humanas.”. Essa não é, no entanto, a realidade quando com “a expansão dos extrativismos, se aprofundam os problemas” tornando impossíveis as aspirações de uma vida de qualidade para a maioria da população (Acosta, 2021, p. 15), apesar de a proposição de DS ter a pretensão de incorporar uma perspectiva multidimensional para superar “abordagens unilaterais e explicações reducionistas presentes nas propostas anteriores de desenvolvimento. (Medeiros e Almeida, 2010, p. 108).

Essa autores também destacam contradições semânticas, considerando que o termo sustentabilidade se origina na ecologia referenciando o “equilíbrio dinâmico e interdependência entre ecossistemas, enquanto desenvolvimento diz respeito ao crescimento dos meios de produção, à acumulação e expansão das forças produtivas. (Medeiros, & Almeida, 2010, p. 108). Tais contradições são também ressaltadas por Cavalcanti (2012, p. 36) que prefere definir o DS como sendo a ação que trata “de minimizar o uso da natureza, com obtenção de máximo bem-estar social”, ao mesmo tempo em que Veiga (2010) lhe define como um “novo valor” que, de acordo com Nascimento (2012, p. 52), possibilita “mudar o rumo do desenvolvimento,

levando-o da jaula do crescimento econômico material para a liberdade do desenvolvimento humano, enquanto ampliação de oportunidades.”. Ou, como sugere Lustosa (2010, p. 148):

O desenvolvimento como liberdade é um dos nomes do desenvolvimento sustentável que contempla a promoção humana nos aspectos ambiental, econômico, social, político e cultural. Além do aumento da renda dos indivíduos e da melhoria das condições sociais, o desenvolvimento sustentável amplia os espaços de sociabilidade e participação, reconhece e valoriza a dimensão simbólica da existência e preserva para as gerações futuras o meio físico e os patrimônios material e imaterial.

Nesse sentido, o DS deve se basear em três princípios fundamentais: prudência ecológica, eficiência econômica e justiça social. (Lustosa, 2010 a partir de Sachs (1995)). Não obstante a importância desses princípios se deve também considerar os “grandes temas da agenda contemporânea [da sustentabilidade], como as mudanças climáticas e a produção de energia e de alimentos” (Galvanese e Favareto, 2019, p. 7) priorizando ações que sejam socialmente incluídas, politicamente descentralizadas, ambientalmente prudentes e sustentadas economicamente ao longo do tempo, como também, sugeriu Ignacy Sachs. (Réus, & Andion, 2018).

Este artigo aborda alguns achados relativos a uma investigação que busca compreender como se caracteriza a ação pública para o desenvolvimento local sustentável no contexto dos municípios da região do Araripe em Pernambuco. Localizada no Semiárido brasileiro, essa região é composta por dez municípios marcados pelos baixos índices de IDH e pela insustentabilidade ambiental e condições degradantes de trabalho decorrentes da atividade do polo gesso que produz 85 % do gesso consumido no Brasil, muito distante da ampliação de liberdades individuais e coletivas e da regeneração permanente do bioma caatinga a fim valorizar e preservar para as gerações futuras o meio físico e simbólico que caracteriza a Chapada do Araripe.

Não obstante, desde o início desse século, a região tem recebido apoio decorrente das políticas de desenvolvimento territorial por parte dos governos estadual pernambucano e federal. Como explicam Albuquerque e Zapata (2010, p. 218-219), essas políticas se inserem na dinâmica que obrigou “à tomada de iniciativas e políticas de desenvolvimento, a partir dos diferentes âmbitos territoriais ou locais” de modo a atender “às exigências de uma mudança estrutural na atual fase de transição tecnológica.”. Cabe, assim, questionar, como se construíram e materializaram essas políticas e quais foram suas implicações em termos de sustentabilidade para os municípios da região do Araripe em Pernambuco, sendo que este artigo busca responder esse questionamento.

Além de essa introdução, o artigo foi estruturado a partir de uma fundamentação teórica-conceitual que busca tratar das abordagens de desenvolvimento territorial em sua aproximação ao desenvolvimento local sustentável conceitualmente. Em seguida, apresenta uma descrição da metodologia adotada que configurou à pesquisa exploratória de base qualitativa, sendo apresentadas a análise dos resultados na seção que lhe segue e as considerações finais em seu encerramento.

Fundamentação teórica-conceitual

Desde o final do século XX, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial têm sido abordadas a partir de a nova geografia econômica. (Amin, 2004; Brandão, 2007; Moulaert; Sekia, 2003; Thrift; Olds, 2004). Sob essa abordagem, os instrumentos de política, baseados nos pressupostos keynesianos de renda e bem-estar social e direcionados ao incremento econômico de regiões menos favorecidas, foram substituídos por outros voltados

ao crescimento econômico por meio da ‘magia do mercado’ e focados na competitividade e no desempenho das firmas (Amin, 2004) de modo que a dimensão territorial se transformou em ativo para o alcance de vantagem competitiva (Benko, 1996; Porter, 1999).

Nessa perspectiva, as aglomerações produtivas que podem produzir vantagens competitivas locais se tornam alvo de políticas industriais (Santos, Diniz, & Barbosa, 2004) a fim de criar espaços para o desenvolvimento econômico endógeno direcionado à competitividade, buscando acompanhar as transformações econômicas e produtivas trazidas pela globalização dos mercados. Tratam-se, assim, de políticas que visam estimular o potencial de crescimento [econômico] por meio da influência na qualidade do ambiente socioinstitucional em territórios (Erber, & Cassiolato, 1997) que, com “a introdução e difusão de inovações no sistema produtivo, potencializando melhorar as mudanças na organização da produção e, portanto, visam agilizar o desenvolvimento territorial.” (BARQUERO, 2014, p. 53).

Como destaca Barquero (2014, p. 55), são estratégias empresariais e territoriais que visam impulsionar uma evolução na transformação dos sistemas produtivos e, dada essa condição endógena do desenvolvimento, “as respostas e os resultados da reação das economias para os desafios da globalização, portanto, variam de um lugar para outro”. Tais variações dependem da interação entre diferentes mecanismos como

o empreendedorismo e as estratégias de negócios das empresas, a difusão de inovações e conhecimento no setor produtivo, a adaptação e as mudanças nas regras e regulamentos para atender às necessidades e demandas de organizações e de cidadãos, bem como a integração das empresas, cidades e regiões em redes competitivas e inovadoras, a nível nacional e internacional. (BARQUEIRO, 2014, p. 55).

Para Mascena, Figueiredo e Boaventura (2013), essa atenção direcionada às aglomerações produtivas revela a importância das instituições e das relações entre agentes econômicos, e das mudanças tecnológicas para o crescimento das firmas, destacando-se os clusters e arranjos produtivos locais. Sob essa perspectiva, Cassiolato, Podecamine e Soares (2015, p. 30) destacam o papel do Estado “no direcionamento dos esforços voltados para a transformação da estrutura produtiva e melhoria da competitividade nacional” orientado para o desenvolvimento de capacidades produtivas e inovativas daqueles agentes. Ainda nessa direção, Mazzali e Niero (2015) salientam, no caso brasileiro, a importância dos municípios para a sustentabilidade do desenvolvimento local a partir de canais institucionais assentados em redes de governança que fortaleçam a cooperação federativa e promovam a interação público-privada de forma sustentável.

Dessa forma, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) materializaram “a dimensão territorial da política de produção e inovação”, no início desse século, buscando “contribuir para uma economia e uma sociedade mais justas e voltadas para sustentabilidade social e ambiental. (Matos e Arruda (2015, p. 321). Também, se quer aproximar de “um paradigma produtivo centrado numa economia de baixo carbono e recursos energéticos renováveis” (Cassiolato et al., 2015, p. 32) como base para o desenvolvimento local sustentável.

No entanto, esses novos ideais relativos ao desenvolvimento precisam considerar mais profundamente a concentração excessiva de riqueza e ampliação das desigualdades e da pobreza, bem como a necessidade de resiliência dos ecossistemas diante dos riscos e da imprevisibilidade ambiental. (Reús e Andion (2018). Ou, pelo menos considerar aquilo que a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (CMMA) da ONU indicou no relatório Brundtland, de que o desenvolvimento sustentável é:

um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro [...] é aquele que atende às necessidades

do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. (LUSTOSA, 2010, p. 151).

Galvanese e Favareto (2019) indicam que a visão de desenvolvimento local sustentável deve incorporar a dimensão territorial a partir de um olhar que se difere do enfoque centrado na competitividade dos territórios que favoreceu um planejamento do desenvolvimento com base no “neolocalismo competitivo”. São necessários novos olhares que “permitam avançar o entendimento das interdependências entre as variadas dimensões do desenvolvimento” a fim de compreender tanto “as articulações entre economia, sociedade e natureza, quanto porque nessas articulações se encontra importante chave para o entendimento dos mecanismos que respondem pela permanência de desigualdades e pelas possibilidades de sua superação nos marcos de um novo modelo.”. (Galvanese, & Favareto, 2019, p. 5).

Furlanetto, Cândido e Martin (2011, p. 209) sugerem avaliar a sustentabilidade dos APLs considerando que não basta ter “excelentes resultados econômicos, mas que o faça sem prejuízos para o meio ambiente e para a sociedade.”. Segundo esses autores para que um APL seja sustentável, ele deve ser competitivo ao mesmo tempo em que apresentem práticas socioambientais adequadas, evidenciando a sustentabilidade local, sendo indicadas dimensões de avaliação: econômica; social e ambiental e sustentabilidade dos territórios. (Furlanetto et al., 2011). Por outro lado, Réus e Andion (2018) destacam a necessidade de avaliação em relação ao desenvolvimento sustentável em termos locais considerando a experiência iniciada em 2008 no estado de Santa Catarina referente ao índice de desenvolvimento municipal sustentável (IDMS), revelando aquilo destacado por Albuquerque e Zapata (2010, p. 219) de que o fomento ao desenvolvimento local sustentável “exige um fortalecimento das instâncias locais das administrações públicas, para que possam facilitar as necessárias mudanças nos diferentes sistemas/arranjos produtivos locais.”.

Como destacam Réus e Andion (2018), a ideia de promover o desenvolvimento sustentável na prática se vincula à gestão dos municípios brasileiros. Assim, a ideia de sustentabilidade deve ser incorporada amplamente por essas gestões públicas locais para que possam fomentar o desenvolvimento sustentável e participar proativamente das transformações tecidas por meio da associação entre econômica, sociedade e natureza para responder, conforme Galvanese e Favareto (2019, p. 14), “pelas permanências e pelas possibilidades abertas à mudança em cada contexto territorial e histórico específico.”.

Metodologia da pesquisa

Trata-se de estudo exploratório visando “ampliar o conhecimento de um tema que é pouco conhecido, mas precisa ser mais bem conhecido” (Swedberg, 2020, p. 28). Constituindo-se numa pesquisa qualitativa básica que “é motivada pelo interesse intelectual por um fenômeno e tem como objetivo a extensão do conhecimento” (Merriam, & Tisdell 2016, p. 23) a fim de “contribuir para um melhor entendimento das realidades sociais e chamar atenção para os processos, padrões de significado e estruturas.” (Flick, von Kardorff, & Steinke 2004, p. 3).

A coleta do material na construção do corpus de pesquisa (Bauer, & Arts, 2003) foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica a fim de levantar documentos como dissertações e teses, ensaios, livros, relatórios, diagnósticos, planos, projetos, entre outros. O corpus para análise foi selecionado com base nas características definidas por Flick (2009), autenticidade, exatidão/credibilidade, representatividade e significação, buscando dar materialidade ao tema a partir do material empírico coletado.

Em seguida foi utilizada a análise de conteúdo para delimitar temáticas comuns referente ao fenômeno aplicando as três etapas definidas por Bardin (1977), pré-análise,

exploração/codificação do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação com o objetivo de captar significados sintáticos e semânticos a fim de demarcar as temáticas centrais, considerando a especificidade de contexto para melhor compreender o fenômeno. (Bauer, & Arts, 2003, Godoy, 1995). Além disso, buscou-se pela intertextualidade entre os documentos como forma de triangulação na validação dos achados como sugere Flick (2009).

Análise dos resultados

No ano de 1999, o governo do estado de Pernambuco estabeleceu estratégias de desenvolvimento local focadas numa gestão territorial integrada a partir de 12 (doze) regiões de desenvolvimento (RDs). (Andrade, 2010; Bndes, 2010). Originalmente, tratava-se de uma política direcionada a clusters e cadeias produtivas (Andrade, 2010), que, com a introdução, em 2005, da política nacional dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) (Matos e Arruda, 2015) foi incorporada sob os termos dos APLs sem uma maior clareza sobre as suas diferenças. (Moutinho, Raposo e Campos, 2010).

Nesse sentido, o Bndes (2010, p. 4) diagnosticou que a “estrutura de apoio aos APLs de Pernambuco, em grande medida, adotava conceitos difusos, tais como: polos dinâmicos, setores de atividades, cadeias produtivas e APLs”. Não obstante, Andrade (2010) descreveu aquilo que delineava o foco do apoio à época, o fortalecimento das bases produtivas locais, a capacitação em novas tecnologias e a ampliação de negócios, que, conforme o diagnóstico do Bndes (2010, p.8) tinha um olhar voltado aos arranjos intra RDs de caráter setorial.

Essa tendência por parte do governo estadual representou um foco distinto para o apoio aos APLs em suas atividades produtivas, sendo o caso da RD Sertão do Araripe, onde se localizam os municípios vinculados à extração da gipsita e à produção do gesso. Nos municípios que constituíam a RD Sertão Araripe (Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena e Trindade), como explica Falcão (2009, p. 65), desde 2003, identificam-se diferentes programas, como “desenvolvimento rural sustentável, convivência com o semiárido, agricultura e pecuária agroecológica, desenvolvimento de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais (APLs) [...] entre outros.”.

Especificamente, nessa RD, 2 (dois) APLs foram apoiados, Gesso e Apicultura, (Bndes, 2010, Andrade, 2022), sendo o primeiro aquele que recebeu o apoio para o seu fortalecimento e foi financiado desde 1999, enquanto o APL de Apicultura, também formalmente apoiado pelo governo estadual pernambucano, iniciou posteriormente quando da implementação da política nacional dos APLs. (Bndes, 2010). Segundo Falcão (2009), a atividade de apicultura no Araripe é realizada por apiários de pequeno porte da agricultura familiar e responde por 53% da produção do estado, tendo ganhado “força pela diversidade da flora, com destaque para a vegetação da caatinga” na Chapada do Araripe sendo vinculado ao APL apicultura localizado no estado Piauí que lhe é fronteiro, conforme Leão, Moutinho e Xavier (2012, p. 79).

Apesar de a importância dessa atividade, a apicultura do APL pernambucano tem uma representatividade pouco expressiva em relação ao total da produção agrícola da RD do Araripe pernambucano que concentra 90% na monocultura tradicional de mandioca, feijão e milho. (Angelotti et al., 2021). Destacando-se que a “principal atividade econômica da região é caracterizada pela exploração da gipsita no Polo Gesseiro do Araripe” (Bndes, 2010, p. 35) e ocorre em 5 (cinco) dos 10 (dez) municípios da RD, a saber, Araripina, Bodocó, Ipubi, Ouricuri e Trindade.

O denominado APL do Gesso, mais conhecido como Polo do Gesso, está localizado na Chapada do Araripe, no extremo oeste do estado de Pernambuco, equidistante 700 km de 7 (sete) capitais (Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Natal, Recife e Salvador) e tem se beneficiado da institucionalidade de apoio por parte do governo estadual, sendo aquinhado

pelo programa conduzido pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectma) de Pernambuco, entre seis RDs, para ter implantado um Centro Tecnológico. (Bndes, 2010). Além disso, quando foi implementado o Grupo de Trabalho Permanente dos APLs (GTP-APL), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) em 2005, o APL do Gesso foi escolhido para ser um dos onze APLs em todo o Brasil fomentados como projeto piloto (Brasil, 2014) por meio do programa de apoio à competitividade para promover a inovação e a internacionalização dos APLs. (Bndes, 2010).

Conforme Fuini (2013, p. 60), os APLs são considerados como “uma expressão territorial de uma ação ou política de desenvolvimento regional”, sendo essa ideia reforçada pelo próprio GTP/APL do MDIC ao indicar eixos para estimular aos arranjos (Brasil, 2014), caracterizando-o como uma estratégia regionalizada para endogenizar o desenvolvimento sustentável cujas a “legitimação e a eficácia das ações podem se fundar em outra escala.” (Brandão, Costa e Alves, 2005, p. 221). Assim, a partir de 2007, o GTP-APL atribuiu à escala estadual a coordenação dos APLs nos respectivos estados por meio de Núcleos Estatuais. (NE).

O NE-APL de Pernambuco foi criado em 2009 (Pernambuco, 2009) sob a ideia de que esses núcleos deveriam se tornar “pontes entre o Governo federal, representado pelo GTP-APL, e os Arranjos nos Estados”, cabendo-lhes induzir os “APLs a produzirem demandas, bem como analisar propostas e promover articulações institucionais, com vistas a apoiar os Arranjos na elaboração de Planos de Desenvolvimento (PDs).” (Brasil, 2014, p.33-34). No documento de PD do APL do Gesso são apresentadas nos apêndices as 37 ações de apoio realizadas ou em andamento no período entre 2005-2009 no estado de Pernambuco.

Onze delas vinculadas à internacionalização do APL, sendo todas iniciadas e concluídas em 2005, envolvendo o Sindicato das Indústrias de Extração e Beneficiamento de Gipsita, Calcários, Derivados de Gesso e de Minerais não Metálicos do Estado de Pernambuco (Sindsgesso), a Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco (Ad-diper), a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), o Banco do Brasil (BB) e empresários. (Pernambuco, 2009). Outras vinte coordenadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) referentes à formação em gestão empresarial, cultura de cooperação e criatividade, cursos profissionalizantes presenciais e em EAD, também consultorias voltadas à sistema de qualidade, ao desenvolvimento de plano de marketing para o mercado interno e a melhoria de imagem e eficiência energética do APL, à criação de central de negócios, ação direcionadas à inovação tecnológica e à inserção digital, bem como a elaboração do perfil das empresas, além de eventos como encontros e participação em feiras de negócios, desenvolvidas a partir de 2005. (Pernambuco, 2009). Finalmente, as seis restantes, destacam-se duas que iniciaram anteriormente à inserção do Polo do Gesso entre os APLs contemplados no projeto piloto do GTP-APL do MDIC e foram coordenadas Sectma/PE a fim de realizar diagnóstico do perfil socioeconômico de manejo ambiental na região do Araripe e a implementação de secadora de placas de gesso para uso compartilhado pelas pequenas empresas de pré-moldados. Uma coordenada pela unidade local do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) com o objetivo de implantar os programas de assistência tecnológica e setorial da qualidade na produção de placas e blocos de gesso a fim de reduzir desperdício e melhorar a produção e comercialização. Outras duas coordenadas pela Ad-diper para criar institucionalidade a fim de implementar o Centro Tecnológico (CT) na região realizada em agosto de 2007 e a realização de uma feira de negócios em setembro do mesmo ano. Por fim, a prefeitura do município de Trindade também coordenou ação para a instalação de um Centro de Artesanato de Gesso.

O diagnóstico coordenado pela Sectma, concluído em 2007, apresentou resultados relativos às áreas passíveis de manejo florestal considerando a demanda em expansão por lenha da caatinga. Em seu relatório afirma que, para atender a matriz energética do APL por conta principalmente da etapa de calcinação quando a gipsita é desidratada para a produção do gesso,

as empresas calcinadoras têm se constituído “como o principal consumidor de energéticos florestais da região do Araripe” (Pernambuco, 2007, p. 47), e constata que o “Polo Gesseiro da Região do Araripe como dinamizador da economia local, pela geração de trabalho e renda, vem sofrendo críticas severas pelo fato de utilizar um recurso natural, como a lenha, como fonte energética.”. (Pernambuco, 2007, p. 53).

Granja et al. (2017, 262) avaliam que “o bioma Caatinga não tem capacidade de suprir a demanda das empresas gesseiras”. E, apesar de a discussão sobre os efeitos ambientais do crescimento econômico do APL ter contribuído para conscientização e criação de alternativas a exemplo do manejo florestal, a recuperação de áreas degradadas, o acompanhamento e fiscalização das empresas para atender requisitos ambientais, o risco de desertificação da região persiste. (Granja et al. 2017).

De acordo com Rocha (2013, p. 9), o APL do Gesso “dinamiza economicamente a região e envolve diversas instituições que se debruçam sobre a sua consolidação”, no entanto, “não é sustentável”, uma vez que a “produção está fortemente associada ao desmatamento da caatinga como forma de garantir a utilização da lenha e do carvão vegetal.”. (Teixeira, & Pires, 2017, p. 48). Além disso, apesar de o APL gerar trabalho e renda, “a população dos municípios é muito pobre, indicando baixa capacidade de distribuição da riqueza produzida.”. (Rocha, 2013, p. 9).

O que Rocha (2013) afirma vai ao encontro daquilo que sugerem Furlanetto et al. (2011), isto é, de que os resultados de crescimento econômico do APL do Gesso não implicaram numa sustentabilidade territorial em termos sociais e ambientais. A tabela 1 a seguir busca demonstrar essa realidade entre os municípios no Araripe pernambucano no quais operam o APL do Gesso comparando dados disponíveis referentes ao número de empresas do APL e o IDH dos municípios considerando uma década.

Tabela 1 – Número de Empresas e IDH dos municípios no APL do Gesso do Araripe-PE

| Número de Empresas no APL | | | Desenvolvimento Humano | | |
|---------------------------|---------|------|------------------------|----------|-------|
| Tipo de Empresa | Qtd Ano | | Municípios | IDHM Ano | |
| | 2004 | 2014 | | 2000 | 2010 |
| | | | Araripina | 0,659 | 0,602 |
| Mineradoras | 21 | 42 | Bodocó | 0,611 | 0,565 |
| Calcinadoras | 90 | 174 | Ipubi | 0,600 | 0,550 |
| Fábricas Pré-Moldados | 230 | 750 | Ouricuri | 0,614 | 0,572 |
| | | | Trindade | 0,641 | 0,595 |

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), Pernambuco (2009), Sindsgesso (2004, 2014)

Em uma década, mais especificamente entre 2004 e 2014, quando se implementam as ações de apoio para o fortalecimento do APL do Gesso, houve um grande crescimento no número de empresas instaladas no arranjo. Evidentemente, esse crescimento gerou aumento na demanda por recursos energéticos para a produção, e, conseqüentemente maior uso de lenha, agravando ainda mais os problemas ambientais que foram diagnosticados e envolveram institucionalmente diversos atores a exemplo do Ibama, Sectma e instituições de ensino e pesquisa a fim de encontrar alternativas. Por sua vez, também em uma década de 2000 a 2010, houve uma redução do IDH dos cinco municípios nos quais a atividade gesseira se localiza na região do Araripe em Pernambuco.

Ao mesmo tempo, uma sustentabilidade de crescimento e competitividade do APL (Furlanetto et al, 2011) também não se pode evidenciar, como revelou o diagnóstico elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2020. De acordo com o seu relatório, “a atividade gesseira no Brasil é altamente dependente da dinâmica econômica do setor da construção civil” e, a partir de 2014, com a crise do setor, o APL do Gesso sofreu um forte impacto considerando que 80% de suas vendas dele dependiam. (Oit/Mpt/Fgv, 2021, p. 46).

Uma crise ampliada com a pandemia da Covid 19, salientando que, no entendimento dos empresários locais, as saídas dependeriam do poder público seja incentivando o setor da construção civil, mais especificamente na área habitacional, seja concretizando o trecho da ferrovia Transnordestina, por décadas em construção, para baratear os custos de transporte uma vez que as empresas gesseiras do Araripe dependem do modal rodoviário. (Oit/Mpt/Fgv, 2021, Pernambuco, 2014). Porém, essa compreensão empresarial se distancia do “neolocalismo competitivo”, de que tratam Galvanese e Favareto (2019), explicitamente adotado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado de Pernambuco que, ao traçar suas estratégias para o período de 2017-2022, ao propor implementar “ações voltadas ao aumento da competitividade em municípios localizados em quatro Arranjos Produtivos Locais (APLs) selecionados: Confecção, Laticínios, Viticultura e Gesso financiadas pelo Pro-APL”, viabilizado por “contrato de empréstimo firmado entre o Governo de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento”. (Távora, 2021, p. 12-13).

Assim, constata-se um distanciamento sobre as perspectivas de saída entre atores locais e estaduais. De um lado, os empresários ao que parece na busca de um ‘protecionismo’ e a conclusão de uma grande obra, de outro, um enfoque que visa transformar sistemas produtivos locais por meio da difusão de inovações e conhecimento a partir de ações “para o estímulo e/ou fortalecimento dos Territórios Inovadores” (Távora, 2021, p. 12), esquecendo aquilo que salienta Barqueiro (2014, p. 55) de que as respostas e resultados “variam de um lugar para outro”, sem reconhecer aquilo também abordado por Galvanese e Favareto (2019) relativo à heterogeneidade substantiva dos territórios no capitalismo contemporâneo.

Como ressaltam Teixeira e Pires (2017), o sertão do Araripe pernambucano se localiza numa das regiões do Semiárido brasileiro que se caracteriza pela aridez do clima, deficiência hídrica, imprevisibilidade de precipitações pluviométricas e solos pobres em matéria orgânica. Além disso, o Semiárido brasileiro também se caracteriza pelos “elevados níveis de pobreza, altos índices de analfabetismo, indicadores socioeconômicos relativamente baixos e concentrada infraestrutura hídrica, produtiva e social” uma situação agravada no Araripe “pela presença de um polo gesseiro.”. (Teixeira, & Pires, 2017, p. 48).

Especificamente no contexto dos municípios do APL do Gesso, o diagnóstico elaborado pela FGV confirma essa caracterização ao afirmar que “o panorama da dimensão social na região, que inclui a dinâmica populacional, habitacional, educacional, de saúde, assistência social e segurança pública, aponta para um **cenário de déficit de políticas públicas efetivas no território**. (Oit/Mpt/Fgv, 2021, p. 46, grifo dos autores). A partir desse diagnóstico foram identificados os principais desafios a serem enfrentado no contexto dos cinco municípios que compõem o polo gesseiro do Araripe – falta de recursos, alta informalidade, déficit de políticas sociais, condições degradantes do trabalho, exploração sexual de crianças e adolescentes. (Oit, 2021). Também foi delineada ação pública direcionada a abordar de forma multidimensional os problemas econômicos, sociais e ambientais na região, incorporando diferentes escalas para enfrentar esses principais desafios que envolvem a cadeia produtiva do gesso.

Nesse sentido, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Local (PDL) Gesso 2030 com o objetivo de promover o trabalho decente e impulsionar desenvolvimento local sustentável na região do polo gesseiro do Araripe organizado em quatro eixos estratégicos: i) aprimoramento do processo produtivo do gesso, ii) fomento da economia local, iii) fortalecimento do poder público no Araripe e iv) sensibilização, conscientização, mobilização e articulação de atores locais. O PDL Gesso 2030 é resultado da ação articulada entre o Ministério Público do Trabalho (MTP), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Pacto Global das Nações Unidas (ONU), evidenciando que as articulações na região do Araripe transpassaram as escalas federal, estadual e municipal na concretização de uma ação pública situada territorialmente voltada ao desenvolvimento local sustentável.

Não obstante, deve-se considerar que a proposta de ação pública articulada envolvendo múltiplos atores e escalas para dar conta de problemas multidimensionais presentes na cadeia produtiva do gesso e nos cinco municípios da região do Araripe, desconhece outras realidades também presentes no tecido territorial do Araripe pernambucano. Assim, apesar de ser um plano multidimensional articulando diferentes atores, há uma naturalização que esconde outras possibilidades, bem como as tensões e contradições embutidas presentes naquele tecido territorial, que se referem à articulação de “tropos alternativos politicamente esperançosos ou libertadores”, nos termos de Law e Singleton (2014), como o APL de Apicultura e outras experiências vinculadas à ação pública que performa a convivência com o semiárido (Andrade, 2023) no mesmo recorte territorial do Araripe pernambucano.

Considerações finais

A jornada na busca por um desenvolvimento local sustentável na região do Araripe pernambucano revela que integrar objetivos econômicos aos ambientais e sociais não é uma tarefa fácil. Como salienta Abramovay (2000, p. 6) “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações política e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômica.”

A transformação de um território implica aspirações políticas e sociais dos atores que compõem conjuntos distintos em relação as suas perspectivas sobre o desenvolvimento. Como explica Milton Santos, o território em uso expressa o espaço habitado que fundamentalmente um espaço humano na medida em que acolhe “simultaneamente funcionalizações diferentes, quicá divergentes ou opostas” que, no acontecer da construção social, possibilita a criação de novas solidariedades. (Santos, 1998, p. 16).

Nesse sentido, a capacidade institucional é fundamental para a dinamização de estratégias do desenvolvimento sustentável em sua territorialização e, para isso, conforme Sabourin (2015), é necessário reconhecer que as trajetórias de cada contexto refletem estratégias de grupos de interesses posicionados que tornam o seu desenho diferente. Assim, o desenvolvimento local sustentável se situou de forma restrita na região do Araripe dada a magnitude das jazidas de gipsita e da produção gesseira na região nas últimas duas décadas.

A atividade gesseira não propiciou aos municípios do Araripe pernambucano políticas descentralizadas socialmente includentes, economicamente sustentáveis e ambientalmente prudentes. O que demanda um olhar mais direcionado para a necessidade de desenvolvimento de capacidades municipais na região a fim de fortalecer sua densidade institucional de modo que a favorecer que a implementação dos ODSs e seu pacto, mas também que possam tecer outras alternativas nessa trama que possibilitem um “acontecer solidário”, nos termos de Santos (1998), mais amplo, principalmente quando se considera que o PLD Gesso 2030 é uma diretriz inicial na construção das capacidades institucionais nos municípios do Araripe pernambucano.

Referências

- Abramovay, R. (2000). O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, 4 (2), 379-397.
- Abramovay, R. (2010). Desenvolvimento sustentável: qual estratégia para o Brasil? *Novos Estudos*, 87, 97-113.
- Acosta, A. (2021). Das teorias da dependência ao bem viver: reflexionando para sair da armadilha “do desenvolvimento”. In: T.O. Medina; M.C.V. Villamar. (eds). *Pensamento latino-americano crítico sobre desenvolvimento*. Buenos Aires: Clacso/Iudc-Ucm/Faperj. Pp. 13-26.

- Albuquerque, f., Zapata, T. (2010). A importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial. In: L. Dowbor, & M. Pochmann (orgs.). *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, pp. 215-229.
- Amin, A. (2004) An institutionalist perspective on regional economic development. In: Trevor J. Barnes; Jamie Peck; Eric Sheppard; Adam Tickell. (eds). *Reading Economy Geography*. Mandel/USA: Blackwell Publishing, Pp. 48-58.
- Andrade, J.A. (2010). Desenvolvimento e gestão pública: das ideias às práticas. *Redes*, 15 (3), 115-141.
- Andrade, J.A. (2022). Adoção de APLs como instrumentos de política: inovação social e o contexto do nordeste. *Relatório Final de Projeto Universal – CNPq*. Recife, PE.
- Andrade, J.A. (2023). Ação pública e redes em ação: agenciamentos transversais e criativos para a convivência com o semiárido. In: D. Daroit, F. Cruz, Z. Borges (orgs.). *Ação pública para o desenvolvimento democrático*. Prelo.
- Angelloti, F. et al. (2021). Agricultura sustentável como medida de adaptação para o Polo Gesseiro do Araripe. In: E. Sabourin et al. (orgs.). *A ação pública de adaptação da agricultura à mudança climática no nordeste semiárido brasileiro*. Rio de Janeiro: E-papers, pp. 65-80.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barqueiro, A.V. (2014). Os territórios inovadores: espaços estratégicos do desenvolvimento. *Crítica e Sociedade*, 4 (2), 52-71.
- Bauer, M.; arts, B. (2003). A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: M.W.B. Bauer; G.Gaskell. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- Benko, G. (1996). *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec.
- Brandão, C. (2007). *Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora Unicamp.
- Brandão, C.A, Costa, E.J.M., Alves, M.A.S. (2005). Construir o espaço supralocal de articulação socioprodutiva e das estratégias de desenvolvimento: In: Diniz, C.C., & Crocco, M. (eds.). *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora Ufmg, pp. 195-223.
- Brasil. (2014) *Relatório Executivo 2004-2014 GTP-APL*. Brasília: MDIC.
- Cassiolato, J.E., Podecamine, M.G.B, Soares, M.C.C. (2015). Sustentabilidade socioambiental em um contexto de crise: uma introdução. In: J.E.Cassiolato, M.G.B. Podecamine, & M.C.C. Soares. (orgs.). *Sustentabilidade socioambiental em um contexto de crise*, pp. 21-38.
- Cavalcanti, C. (2012). Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológica-econômica. *Estudos Avançados*, 26 (74), 35-50.
- Falcão, V.L.C. (2009). Política de desenvolvimento territorial: a experiência do fórum territorial do Araripe (Fotear). In: Kuster, A., Martí, J.F. (orgs.). *Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no nordeste do Brasil*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Pp. 65-79.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Flick, U., von Kardorff, E., Steinke, I. (2004). What is qualitative research? Na introduction to the field. In: U.Flick; E. von Kardorff; E. Steinke. (eds.). *A companion to qualitative research*. London: Sage, pp. 3-12.
- Fuini, L.L. (2013). Os arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema. *GeoTextos*, 9 (2), 57-83.
- Galvanese, C., Favareto, A. (2019). A heterogeneidade substantiva dos territórios no capitalismo contemporâneo – notas críticas sobre os desafios postos às práticas e às teorias do planejamento. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 15 (6), 3-16.

- Godoy, A.S. (1995). A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. *Revista de Administração de Empresa*, 35 (4), 65-71.
- Granja, C.V.A. (2017). Degradação ambiental: exploração de gipsita no polo gesso do Araripe. *Id on line*, 11 (36), 239-267.
- Law, J., Singleton, V. (2014). ANT, multiplicity and policy. *Critical Policy Studies*, 8 (4), 379-396.
- Leão, E.L.S., Moutinho, L.M.G., Xavier, M.G.P. (2012). Condicionantes de crescimento: arranjo produtivo local de apicultura na região do Araripe em Pernambuco. *Race*, 11 (1), 75-102.
- Lustosa, F. (2010). Instituições, cultura e desenvolvimento sustentável na bacia cultural do Araripe. *Cadernos Ebape.br*; 8 (1), 146-165.
- Mascena, K.M.C., Figueiredo, F.C., Boaventura, J.M.G. (2013). Clusters e APLs: uma análise bibliométrica das publicações nacionais no período de 2000 a 2011. *Revista de Administração de Empresas*, 53 (5), 454-468.
- Mazzali, L.; Niero, J.C.C. (2015). Arranjos intermunicipais de desenvolvimento: fatores condicionantes da propensão a cooperar por parte dos governos locais. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 11(2), 60-92.
- Medeiros, M., Alneidade, J. (2010). Insustentável sustentabilidade do desenvolvimento? *Revista Uniara*, 13 (1), 107-114.
- Merriam, S.B., Tisdell, E.J. (2016). *Qualitative research: a guide to design and implementation*. Forth edition, San Francisco: Jossey-Bass.
- Moulatert, F., Sekia, F. (2003). Territorial innovation models: a critical survey. *Regional studies*, 37 (3), 289-302.
- Nascimento, E.P. (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, 26 (74), 51-64.
- Oit (2021). Plano de Desenvolvimento Local (PDL) Gesso 2030 para o Sertão do Araripe, Pernambuco. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=7LgdyP4GTWY>.
- Oit/Mpt/Fgv. (2021). *Cadeia do gesso - avanços e desafios rumo à promoção do trabalho decente: análise situacional*. São Paulo: FGV.
- Pernambuco (2007). *Região do Araripe Pernambucano: diagnóstico florestal*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Pernambuco (2009). Plano de desenvolvimento preliminar – PDP do APL do Gesso – Região de Araripina – PE. Recife: Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia.
- Pernambuco (2014). Simpósio Polo Gesso do Araripe: potencialidades, problemas e soluções. Recife: Governo do Estado de Pernambuco.
- Porter, M. (1999). *Competição: estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus.
- Rocha, D.M. (2013). Políticas públicas de fortalecimento dos APLs: alternativa para a interiorização do desenvolvimento no semiárido pernambucano? *Anais Enanpur*. 1-16.
- Sabourin, E. P. (2015). Evolução da política federal de desenvolvimento territorial no Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, 18 (1), 123-143.
- Sachs, I. (2001). Brasil rural: da redescoberta à invenção. *Estudos avançados*, 18 (51), 75-82.
- Sachs, I. (2004). Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidade, obstáculos e políticas públicas. *Estudos avançados*, 15 (43), 23-49.
- Santos, G.A.G., Diniz, E.G., & Barbosa, E.K. (2004). Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. *Revista do BNDES*, 11 (22), 151-179.
- Santos, M. (1998). O retorno do território. In: Santos, M, Souza, M.A.A., & Silveira, M.L. (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, pp. 15-20.
- Sen, A. (1993). O desenvolvimento como expansão de capacidades. *Lua Nova*, 28-29, 1-11.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Swedberg, R. (2020). Exploratory research. In: C. Elman, J. Gerring, J. Mahoney. *The production of knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 2-41.
- Távora, L. (2021). A interiorização da inovação em Pernambuco: o pro-apl e o fortalecimento de territórios inovadores. *Revista de Inovação e Desenvolvimento*, 3 (7), 12-19.
- Teixeira, C.T.M., PIRES, M.L.L.S. (2017). Análise da relação entre produção agroecológica, resiliência e reprodução da agricultura familiar no sertão do Araripe. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 55 (1), 47-64.
- Thrift, N.J.; Olds, K. (2004) Refiguring the economy in economic geography. In: Trevor J. Barnes; Jamie Peck; Eric Sheppard; Adam Tickell. (eds). *Reading Economy Geography*. Mandel/USA: Blackwell Publishing, Pp 59-71.
- Veiga, J.E. (2010). *Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor*. São Paulo: Senac.
- Veiga, J.E.; Zatz, L. (2008). *Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?* Campinas, SP: Autores Associados.